

22 NOV 1989

Isolamento ou provincianismo?

JORNAL DO BRASIL

Florestan Fernandes *

Os debates políticos travados ao longo do processo eleitoral do primeiro turno são estereótipos. O Brasil configurou-se, pela voz dos presidencialistas, como uma ilha ou como uma subnação. Havia a constante da dívida, que não poderia ser ignorada. Porém, as flutuações foram da complacência e da satelização à repulsa. Ela surgiu, porém, como um tema eleitoral. Ora, a dívida demonstra algo que impõe uma análise estrutural: até onde pode chegar a erosão financeira das nações capitalistas da periferia sob o capital monopolista (ou oligopolista) e a incapacidade dessas nações de se defenderem contra desdobramentos financeiros ultradestrutivos da internacionalização do sistema capitalista de poder? O fosso comercial, que evoca o neocolonialismo, sofreu uma transformação feroz, e a soberania das nações periféricas foi reduzida a cacos. Somente constituindo um bloco político muito forte e bem articulado poderão essas nações restabelecer sua soberania e torná-la efetiva. A dívida desvenda a natureza íntima do tipo de dominação imperialista que a internacionalização da economia capitalista está engendrando e ao mesmo tempo coloca em evidência que sua auto-defesa coletiva exige mais do que a unificação ideológica dos "povos pobres".

Outro tema de presença reiterada vincula-se com o aparente *desmoronamento* das nações comunistas. A retórica eleitoral é tão atrasada que não atinou com um fato: não existem nações comunistas e

o comunismo não foi posto à prova em lugar nenhum! As nações que são assim chamadas ou fizeram revoluções proletárias e estão em transição ou em pré-transição para o socialismo (União Soviética, China, Cuba, por exemplo) ou passaram pelas chamadas *revoluções de cima para baixo*, ocorridas graças à ocupação militar durante a II Grande Guerra pelos exércitos soviéticos (leste da Europa, por exemplo). A *perestroika* e a *glasnost* na União Soviética e os contrastes entre a liberação econômica relativa e a rigidez política na China abalaram o equilíbrio das duas maiores potências em transição para o socialismo. Ambas se defrontam com revoluções políticas que não possuem um significado regressivo. Ao contrário, avançam no sentido de corresponder às pressões de baixo para cima, no sentido de desburocratizar tais regimes, de aumentar o controle democrático das instituições-chaves pelos trabalhadores (revitalizando os conselhos e reduzindo o autoritarismo do partido) e de estabelecer relações recíprocas entre as mudanças ocorridas nas infra-estruturas e a dinâmica das superestruturas, mantidas mais ou menos retrógradas. As revoluções de cima para baixo perderam o seu centro de controle estático. As respectivas nações se defrontam com a oportunidade histórica de realizar escolhas próprias, que acabarão misturando, em escalas variáveis e passageiras, socialismo e capitalismo, mercado e plano, centralização e descongestionamento do poder. Não houve, no entanto, a universalidade de uma opção pelo mercado e pela iniciativa privada, o nascimen-

to de um *novo liberalismo econômico*. Este se acha morto e enterrado sob os requisitos estruturais e dinâmicos do capital monopolista (ou oligopolista). Como o desenvolvimento histórico do capitalismo impõe a permanência e a atividade de elementos superados (uma explicação indiscutível de Sombart), subsistem áreas de vigência da competição (mais ainda na periferia), que não podem subverter as regras do jogo e o caráter determinante do modelo hegemônico.

"A fraseologia eleitoral ficou em nível epidérmico, ignorando que a realidade histórica não se altera através de ficções ideológicas"

O que cabia aos candidatos seria examinar o que essas transformações reservavam aos países da periferia e, em particular, ao Brasil. O mundo capitalista também enfrenta crises e alterações substanciais, que elas provocam, acrescidas pelos efeitos universais das grandes revoluções científicas e tecnológicas em processo. A situação histórica mundial com-

para-se a era dos descobrimentos e a suplanta (com a automatização, os computadores, a energia nuclear, a conquista do espaço sideral, etc.). É patente que as transformações ocorridas nos dois mundos — o capitalista e o em transição para o socialismo — aumentam a autonomia política das nações capitalistas periféricas. No entanto, os constrangimentos econômicos — e especificamente tecnológicos, comerciais e financeiros — associados à internacionalização do sistema capitalista mundial de poder restringem e sufocam a autonomia econômica dessas nações. Surgem, assim, contradições entre a esfera política e o domínio econômico, que as nações capitalistas periféricas têm de arrostar e submeter a controle. Largadas a si próprias, essas contradições se anulam ou desencaixam atritos resolvidos à custa do *terceiro mundo*. Ora, o Brasil pode capitalizar essas contradições em seu proveito e pôr suas vantagens a serviço da correção do desenvolvimento capitalista desigual, em todos os níveis da expansão da economia, da ciência e da tecnologia, do intercâmbio cultural, etc. — e, o que é de veras mais decisivo, da proteção de sua soberania política e de sua autonomia nacional. A fraseologia eleitoral ficou em nível epidérmico, ignorando que a realidade histórica não se altera através de ficções ideológicas e do ribombar das frases de efeito, que visam *caçar votos*.

Por fim, a via eleitoral descobriu a América Latina e, até, a importância de Cuba. Não obstante, não se pode comparar tão facilmente as potencialidades de

cada país desta vasta parte do globo e as perspectivas de um hipotético mercado latino-americano integrado. As interferências das nações capitalistas centrais não podem ser ignoradas e tampouco subestimado o efeito bota de chumbo de uma união de países pobres. Como fundamentar uma união supranacional tão difícil? Como neutralizar e vencer obstáculos perversos, fortalecidos pelas contradições existentes entre regiões e países? Ai faleceram imaginações inspiradoras e geniais de homens como Bolívar ou Martí!... Seria preciso projetar a América Latina no contexto histórico emergente para compreender-se que as trivialidades já não contêm sentido... A unidade entre as Américas converteu-se em um imperativo histórico, que não chegou a ser traduzido em linguagem política.

Haveria outros pontos a mencionar. Esses são suficientes para apontar que o governante eleito deverá ser maior que as versões eleitorais do seu programa de governo. O isolamento resultante da satelização política e cultural impede o Brasil a fixar-se numa posição barroca, na qual o orgulho compensatório desfaz os bríos feridos. De outro lado, a relação consumista (alguns continuam a acrescentar: "antropofágica") com a Europa e com os Estados Unidos gera uma modernização mistificadora e vicária. Temos de romper com isso: sermos nós mesmos; e definirmos uma estratégia positiva de relação com o mundo e com a história em processo, dos quais não somos elos passivos invariáveis.

* Sociólogo, deputado federal (PT-SP)